

Carta aberta aos candidatos ao cargo de diretor-geral da OMS: Mantenham as prioridades e políticas livres de interesses comerciais

Por Katherine Brown, Patti Rundall, Tim Lobstein, Modi Mwatsana e Bill Jeffery, em nome de 61 signatários. A lista completa de signatários está disponível em:

<http://thelancet.com/cms/attachment/2092141778/2076397097/mmc1.pdf>

Em maio de 2017, os Estados-membro da OMS se reunirão em Genebra para a 70ª Assembléia Mundial da Saúde e um novo diretor-geral será eleito. Sendo organizações não governamentais (ONGs) de interesse público envolvidas com a promoção da saúde e a prevenção e tratamento de doenças crônicas no mundo, acreditamos que um dos principais pontos a ser levado em conta pelos Estados-membros ao escolher o novo diretor-geral é a maneira como a nova liderança irá assegurar que as interações da organização com as indústrias de bebidas alcóolicas, alimentos, farmacêutica e de tecnologia médica mantenham-se adequadas. Convidamos os três candidatos a falar sobre as medidas que eles se comprometem a tomar para garantir uma maior transparência, rigor e participação pública nas atividades normativas e regulatórias da OMS, para melhor protegê-las de interesses comerciais indevidos.

Em maio de 2016, a Assembléia Mundial da Saúde adotou o Quadro de Colaboração com Atores Não Estatais (FENSA - *Framework of Engagement with Non-State Actors*), uma política que deve estar totalmente operacional em maio de 2018. Embora o FENSA afirme que a OMS deverá “tomar um cuidado especial... ao lidar com entidades do setor privado... cujas políticas ou atividades estejam afetando negativamente a saúde humana”¹, a retórica e a direção do processo de reforma da OMS, bem como os desafios crônicos de financiamento enfrentados pela organização, nos deixaram mais preocupados do que tranquilos. Tememos que, em vez de proteger a autoridade da OMS, o FENSA possa relegar a OMS a uma função limitada, incapaz de defender os direitos humanos e tomar decisões democráticas.

Gostaríamos de relembrar a declaração contra conflitos de interesse assinada por mais de 175 ONGs e redes que representam mais de 2000 grupos, divulgada pela primeira vez na Reunião de Alto Nível sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis da ONU, em 2011: “A etapa de desenvolvimento de políticas deve ser livre do envolvimento da indústria para garantir uma abordagem que privilegie a saúde, o que não está de acordo com os conflitos de interesse óbvios associados às indústrias de alimentos, bebidas alcoólicas, bebidas e outras, que respondem primeiramente às suas partes interessadas.”²

As indústrias de bebidas alcóolicas, alimentos, farmacêutica e de tecnologia médica devem cumprir as regras das políticas estabelecidas pela OMS e seus Estados-membros. Elas não devem interferir na formulação de políticas de saúde pública, análise de risco, gerenciamento de risco, definição de

prioridades nem na determinação de padrões qualitativos para as normas ou de regulações jurídicas para proteger e promover a saúde pública. Esses processos devem acontecer em um ambiente livre de influência comerciais.

Nós acreditamos que a OMS só poderá cumprir integralmente sua função constitucional se proteger a independência e integridade do processo de tomada de decisão, e aguardamos a resposta ao nosso pedido.

*

PR tem participação na Nestlé SA com o propósito de participar da Reunião Anual Geral. Todos os outros autores declaram que não têm conflitos de interesse.

Referências

1. Sixty-ninth World Health Assembly. (Item 11.3 da Agenda) (acesso em 21 de abril de 2017) Framework of engagement with non-state actors. ; 28 de maio de 2016
http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA69/A69_R10-en.pdf?ua=1
2. Conflict of Interest Coalition. (acesso em 21 de abril de 2017)Statement of concern. ; 2011
http://info.babymilkaction.org/sites/info.babymilkaction.org/files/COIC150_0.pdf